

15.SETEMBRO.2016

Caracterização Geral do Direito da Eficiência Energética

- Os instrumentos normativos europeus
- A transposição do direito europeu para o direito nacional e os princípios jurídicos fundamentais nesta matéria
- Desafios da implementação da Directiva da Eficiência Energética em Portugal
- O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE – 2016)

23.SETEMBRO.2016

Eficiência energética em edifícios

- Regime jurídico da certificação energética de edifícios
- Os peritos independentes: acesso à actividade, regime de responsabilidade civil e contra-ordenações
- Reabilitação urbana e eficiência energética
- Incumprimento das regras em matéria de eficiência energética: o regime das invalidades administrativas e da responsabilidade civil
- Workshop – Dificuldades na aplicação do regime jurídico

30.SETEMBRO.2016

Eficiência energética na indústria e na agricultura e o conceito de economia circular

- Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE): aspectos técnicos e aspectos jurídicos
- Regime jurídico da cogeração: aspectos técnicos, financeiros e aspectos jurídicos
- Regime jurídico do Sistema de indústria responsável e eficiência energética
- Eficiência energética e política agrícola comum
- Eficiência energética no contexto da economia circular e *nexus* água-energia

7.OUTUBRO.2016

Serviços energéticos e contratos de gestão de eficiência energética

- A eficiência energética nas novas directivas da contratação pública
- Contratos de Gestão de Eficiência Energética: problemas jurídicos e perspectiva do direito comparado. O programa ECO.AP
- Programa Eco.AP: experiência prática de implementação
- Contratos de Gestão de Eficiência Energética: problemas de execução prática
- A inclusão das PME nos serviços energéticos – o regime jurídico das redes de empresas

14.OUTUBRO.2016

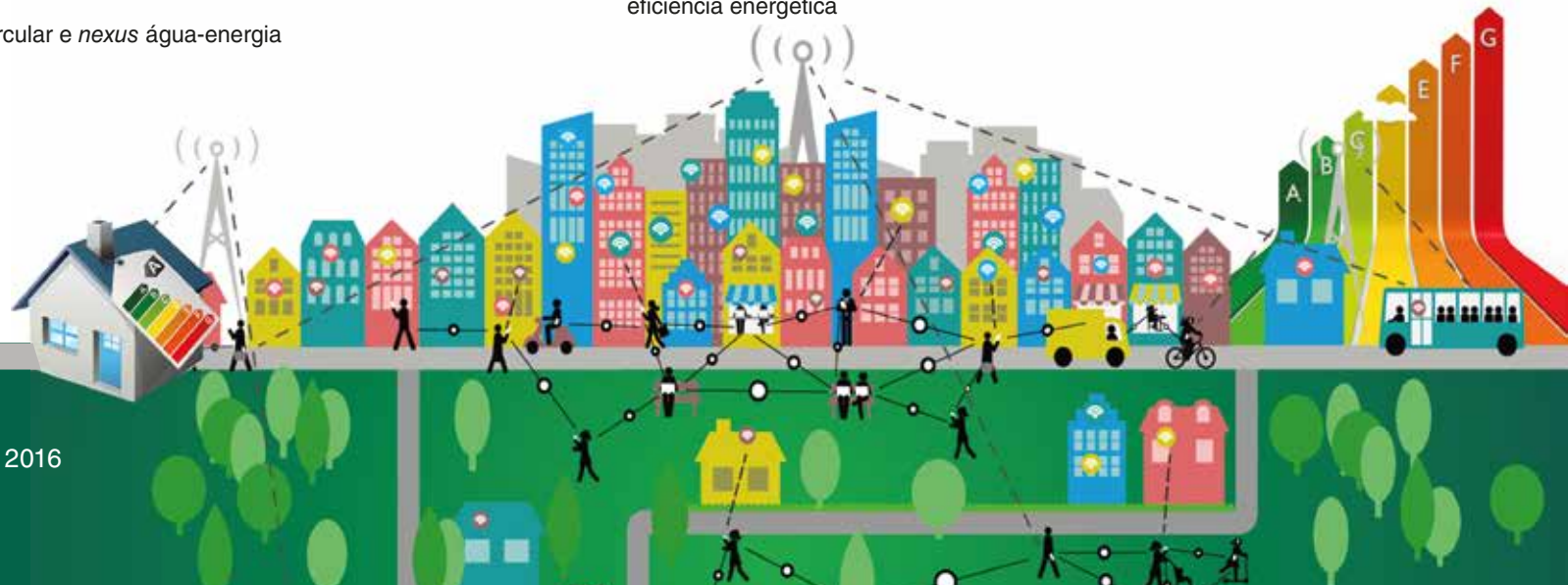
Certificação energética de produtos, cidades inteligentes e mobilidade sustentável

- Regime jurídico europeu e nacional em matéria de certificação energética de produtos
- Fiscalização da rotulagem energética e regime jurídico das contra-ordenações
- Workshop – Cidades inteligentes: regime jurídico e regime financeiro
- Workshop – Mobilidade sustentável: regimes jurídicos e regime financeiro

21.OUTUBRO.2016

Regime financeiro e fiscal da eficiência energética

- Fundo de Eficiência Energética
- Mercados “regulados” de eficiência energética e novas soluções de mercado
- Tributação e benefícios fiscais específicos em matéria de eficiência energética
- A eficiência energética na tributação geral (ISV, IUC, ISP)
- Alteração dos regimes legais e protecção da confiança dos investidores em projectos de eficiência energética



Pedido de Informações: daede@fd.uc.pt

Período de Inscrições: até 9 de setembro de 2016

www.fd.uc.pt/daede

Propina: 550€